



Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2011

(Do Sr. Rubens Bueno)

Requer ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre o pagamento de indenizações efetuadas durante o processo de desapropriação, realizado no município de Guaíra – PR e demais municípios afetados, em decorrência da criação do reservatório da Hidrelétrica de Itaipu.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do artigo 115, inciso I e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Sr. Edison Lobão, Ministro de Minas e Energia, pedido de informações sobre:

- o pagamento das indenizações efetuadas na região de Guaíra/PR e demais municípios afetados, quando da formação do reservatório de Itaipu;

- Indenização ao município de Guaíra/PR e entorno, bem como aos empresários ligados ao ramo de turismo, como compensação pelos impactos causados pela formação do lago da Hidrelétrica Binacional.



JUSTIFICATIVA

Há 29 anos, um dos mais belos patrimônios naturais do mundo entrava em contagem regressiva rumo ao desaparecimento. No dia 13 de outubro de 1982, o fechamento das 12 comportas do canal de desvio do Rio Paraná iniciou a formação do Lago de Itaipu. Foi criado assim um dos maiores reservatório do Brasil, ocupando uma área de 1.350 km², sendo 770 km no lado brasileiro e 580 do lado paraguaio.

A inundação territorial trouxe graves consequências. Toda produção da área inundada foi eliminada e a evasão populacional resultou em grande decréscimo na receita e na diminuição de investimentos dos municípios atingidos; sem falar nas perdas de infraestrutura, de equipamentos, de estradas, de hospitais, de igrejas, de sedes de órgãos públicos, de escolas, de comércio, de indústrias, de residências, de redes e instalações elétricas, de clubes sociais e de investimentos realizados na terra para deixá-las mais produtivas, além dos prejuízos ambientais com a morte de muitos animais e perda de biodiversidade da região.

Entretanto, não foi somente a zona rural do Paraná a ser atingida. Alguns centros urbanos chegaram simplesmente a desaparecer como o próspero distrito de Alvorada do Iguaçu - Foz do Iguaçu, com aproximadamente 5.000 habitantes e o distrito de Itacorá - São Miguel do Iguaçu, com cerca de 10.000 habitantes. Os municípios de Santa Helena, Guaíra e o distrito de Porto Mendes, pertencente ao município de Marechal Cândido Rondon, ficaram ilhados total ou parcialmente.



Câmara dos Deputados

A cidade que mais sofreu perdas econômicas foi Guaíra. Devido à submersão de suas belíssimas “Sete Quedas” e do Parque Nacional adjacente, o município perdeu seu pólo turístico internacional. Boa parte de sua área urbana também ficou submersa - porto de transporte fluvial, estaleiros, olarias, uma reserva de camping, restaurantes e hotéis que serviam a turistas, um porto de extração de areia, uma pequena hidrelétrica, trechos de vias urbanas pavimentadas, sistema de saneamento básico e casas comerciais.

Foram desapropriadas mais de 8.272 propriedades rurais e urbanas no lado brasileiro, sendo deslocadas aproximadamente 40.000 pessoas. Muitos tiveram que deixar suas casas, suas terras e anos de trabalho e recomeçar a vida em outro lugar.

Esse processo de desapropriação, no entanto, não foi pacífico. Agricultores sentiram-se lesados em seus direitos, questionando , até hoje, o valor pago pelas terras desapropriadas, e muitos, principalmente os empresários do setor de turismo, alegam que não receberam absolutamente nada, como compensação pela perda da atividade turística.

Sala das Sessões, em de novembro de 2011.

Deputado Rubens Bueno

PPS/PR